

RELATÓRIO DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS

ABRIL - 2026



Saldo, Liquidez e Custo das Aplicações	3
Distribuição da Carteira	5
Retorno da Carteira por Ativo	6
Rentabilidade da Carteira (em %)	7
Rentabilidade e Risco dos Ativos	8
Análise do Risco da Carteira	10
Movimentações	12
Enquadramento	13
Comentários do Mês	16

Disclaimer

Este relatório é fornecido exclusivamente a título informativo e não constitui nem deve ser interpretado como oferta ou solicitação de compra ou venda de valores mobiliários, instrumento financeiro ou de participação em qualquer estratégia de negócios específica, qualquer que seja a jurisdição.

Algumas das informações aqui contidas foram obtidas com base em dados de mercado, de fontes públicas consideradas confiáveis, ou ainda através de documentos fornecidos pelo próprio cliente. A emissora deste relatório não declara ou garante, de forma expressa ou implícita, a integridade, confiabilidade ou exatidão de tais informações e se exime de qualquer responsabilidade por quaisquer prejuízos, diretos ou indiretos, que venham a decorrer da utilização deste relatório e de seu conteúdo.

As opiniões, estimativas e projeções expressas neste relatório refletem o atual julgamento do responsável pelo seu conteúdo na data de sua divulgação e estão, portanto, sujeitas a alterações sem aviso prévio. As projeções utilizam dados históricos e suposições, de forma que devem ser realizadas as seguintes advertências: (1) Não estão livres de erros; (2) Não é possível garantir que os cenários obtidos venham efetivamente a ocorrer; (3) Não configuram, em nenhuma hipótese, promessa ou garantia de retorno esperado, nem de exposição máxima de perda; (4) Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura; e (5) Não há qualquer tipo de garantia, implícita ou explícita, prestada pela emissora do relatório ou por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Crédito - FGC.

ATIVOS	ENQ.	%	ABRIL	MARÇO
TÍTULOS PÚBLICOS NA CURVA		38,37	115.785.377,32	114.222.507,64
NTN-B 15/05/2035 (Compra em 01/08/2024 Tx 6.2030)	7, III	3,67	11.060.912,95	10.916.189,10
NTN-B 15/05/2035 (Compra em 14/01/2025 Tx 7.5550)	7, III	2,55	7.689.205,17	7.580.982,84
NTN-B 15/05/2035 (Compra em 14/10/2024 Tx 6.4500)	7, III	3,61	10.881.030,96	10.736.681,21
NTN-B 15/05/2045 (Compra em 01/08/2024 Tx 6.2620)	7, III	3,66	11.056.525,01	10.911.377,60
NTN-B 15/05/2045 (Compra em 14/01/2025 Tx 7.3450)	7, III	2,54	7.651.182,65	7.544.665,62
NTN-B 15/05/2045 (Compra em 14/10/2024 Tx 6.4100)	7, III	3,60	10.862.960,79	10.719.170,44
NTN-B 15/05/2045 (Compra em 17/03/2025 Tx 7.4100)	7, III	3,53	10.637.510,95	10.488.915,37
NTN-B 15/05/2045 (Compra em 20/06/2025 Tx 7.1390)	7, III	1,06	3.192.015,61	3.148.055,74
NTN-B 15/08/2040 (Compra em 01/08/2024 Tx 6.1223)	7, III	3,55	10.725.446,72	10.585.750,58
NTN-B 15/08/2040 (Compra em 14/01/2025 Tx 7.2550)	7, III	2,46	7.409.536,12	7.306.869,59
NTN-B 15/08/2040 (Compra em 14/10/2024 Tx 6.3500)	7, III	3,60	10.866.305,22	10.722.950,61
NTN-B 15/08/2040 (Compra em 17/03/2025 Tx 7.4500)	7, III	3,53	10.657.146,31	10.507.965,92
NTN-B 15/08/2040 (Compra em 20/06/2025 Tx 7.1538)	7, III	1,03	3.095.598,86	3.052.933,02
FUNDOS DE RENDA FIXA		61,63	185.967.046,95	181.677.938,69
Banrisul Absoluto	7, I	2,04	6.148.959,26 	4.916.747,52
Banrisul RPPS II 2027	7, I	2,33	7.029.050,00	6.944.700,00
Banrisul RPPS III 2030	7, I	1,96	5.900.243,17	5.825.360,39
BB CIC Perfil Previdenciário	7, V	11,11	33.525.065,77 	33.168.468,79
BB CIC Tesouro Selic	7, I	1,93	5.832.985,66 	-
BB Previdenciário Títulos Públicos 2030	7, I	7,87	23.745.308,03	23.444.160,36
BB Previdenciário Títulos Públicos 2035	7, I	6,02	18.165.410,66	17.863.905,57
Bradesco Premium Referenciado	7, V	0,00	- 	2.948.841,37
Caixa Brasil Referenciado	7, V	12,58	37.947.867,80 	40.683.011,72
Caixa Brasil Títulos Públicos	7, I	3,90	11.778.549,30 	7.641.079,75
Caixa Brasil Títulos Públicos 2030 II	7, I	6,42	19.373.655,19	19.127.911,07
Caixa Brasil Títulos Públicos 2033	7, I	3,30	9.972.763,52	9.813.954,00
Itaú Institucional Referenciado	7, V	0,00	- 	2.822.222,10
Sicredi Liquidez Empresarial Referenciado	7, I	2,17	6.547.188,59	6.477.576,05

CONVERSÃO E LIQUIDEZ NO RESGATE		CARÊNCIA	TAXA ADM	TAXA PERFORMANCE
D+0	D+0	15/05/2035	0,00	Não há
D+0	D+0	15/05/2035	0,00	Não há
D+0	D+0	15/05/2035	0,00	Não há
D+0	D+0	15/05/2045	0,00	Não há
D+0	D+0	15/05/2045	0,00	Não há
D+0	D+0	15/05/2045	0,00	Não há
D+0	D+0	15/05/2045	0,00	Não há
D+0	D+0	15/05/2045	0,00	Não há
D+0	D+0	15/08/2040	0,00	Não há
D+0	D+0	15/08/2040	0,00	Não há
D+0	D+0	15/08/2040	0,00	Não há
D+0	D+0	15/08/2040	0,00	Não há
D+0	D+0	15/08/2040	0,00	Não há
D+0	D+0	Não há	0,15	Não há
D+0	D+0	15/05/2027	0,15	Não há
D+0	D+0	15/08/2030	0,15	Não há
D+0	D+0	Não há	0,20	Não há
D+0	D+0	Não há	0,20	Não há
D+0	D+0	15/08/2030	0,20	Não há
D+0	D+0	15/05/2035	0,10	Não há
D+0	D+0	Não há	0,20	Não há
D+0	D+0	Não há	0,20	Não há
D+0	D+0	Não há	0,20	Não há
D+0	D+0	16/08/2030	0,20	Não há
D+0	D+0	16/05/2033	0,15	Não há
D+0	D+0	Não há	0,18	Não há
D+0	D+0	Não há	0,15	Não há

SALDO, LIQUIDEZ E CUSTO DAS APLICAÇÕES

ATIVOS	ENQ.	%	ABRIL	MARÇO
CONTAS CORRENTES		0,00	-	384.347,14
Banco do Brasil		0,00	-	2.000,00
Banrisul		0,00	-	-
Bradesco		0,00	-	-
Caixa Econômica Federal		0,00	-	382.347,14
Itaú Unibanco		0,00	-	-
Sicredi		0,00	-	-
TOTAL DA CARTEIRA		100,0%	301.752.424,27	296.284.793,47

▲ Entrada de Recursos ▲ Nova Aplicação ▼ Saída de Recursos ▼ Resgate Total

CONVERSÃO E LIQUIDEZ NO RESGATE		CARÊNCIA	TAXA ADM	TAXA PERFORMANCE
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA

POR SEGMENTO



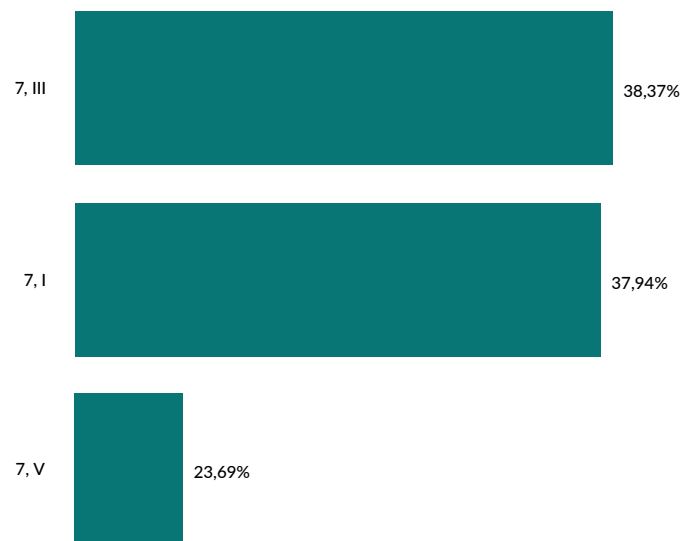
■ Fundos de Renda Fixa 61,63%
■ Títulos Públicos na Curva 38,37%

POR LIQUIDEZ

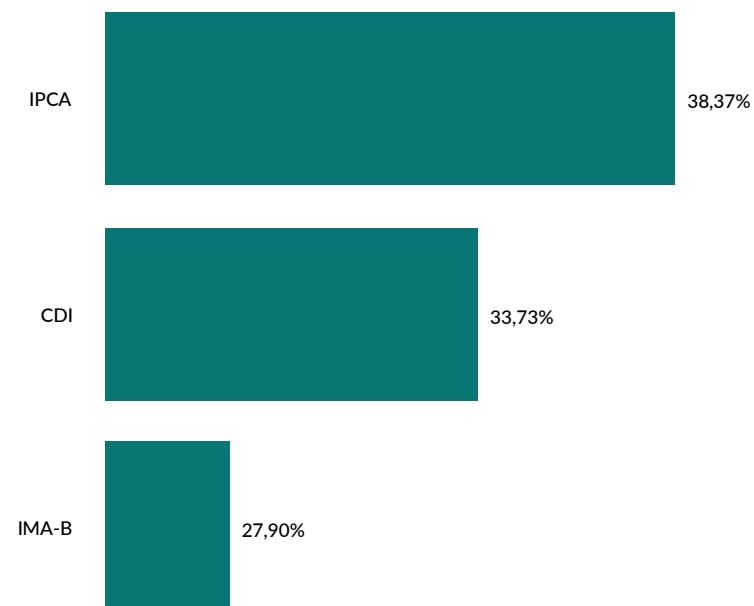


■ Superior a 180 dias 66,27%
■ Até 30 dias 33,73%

POR TIPO DE ATIVO



POR BENCHMARK



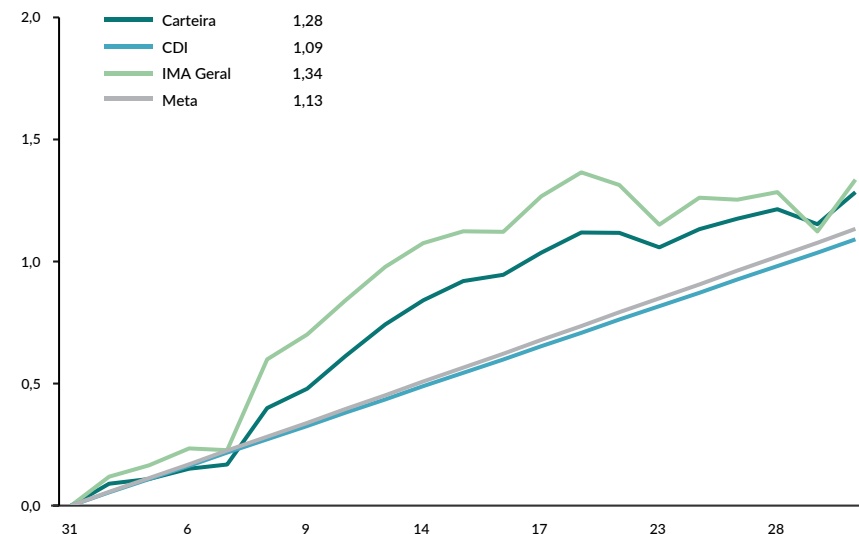
RETORNO DA CARTEIRA POR ATIVO (EM REAIS)

ATIVOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	2026
TÍTULOS PÚBLICOS NA CURVA	969.458,77	910.526,18	1.661.158,04	1.562.869,68			5.104.012,67
NTN-B 15/05/2035 (Compra em 01/08/2024 Tx 6.2030)	86.995,38	82.466,58	153.795,28	144.723,85			467.981,09
NTN-B 15/05/2035 (Compra em 14/01/2025 Tx 7.5550)	68.029,85	63.898,67	115.055,99	108.222,33			355.206,84
NTN-B 15/05/2035 (Compra em 14/10/2024 Tx 6.4500)	87.549,10	82.836,38	153.412,63	144.349,75			468.147,86
NTN-B 15/05/2045 (Compra em 01/08/2024 Tx 6.2620)	87.439,38	82.849,69	154.249,10	145.147,41			469.685,58
NTN-B 15/05/2045 (Compra em 14/01/2025 Tx 7.3450)	66.535,77	62.574,81	113.236,97	106.517,03			348.864,58
NTN-B 15/05/2045 (Compra em 14/10/2024 Tx 6.4100)	87.085,96	82.422,59	152.815,79	143.790,35			466.114,69
NTN-B 15/05/2045 (Compra em 17/03/2025 Tx 7.4100)	93.004,04	87.432,50	157.972,86	148.595,58			487.004,98
NTN-B 15/05/2045 (Compra em 20/06/2025 Tx 7.1390)	27.284,64	25.693,56	46.730,54	43.959,87			143.668,61
NTN-B 15/08/2040 (Compra em 01/08/2024 Tx 6.1223)	86.215,10	80.724,49	148.447,45	139.696,14			455.083,18
NTN-B 15/08/2040 (Compra em 14/01/2025 Tx 7.2550)	66.064,39	61.290,63	109.140,88	102.666,53			339.162,43
NTN-B 15/08/2040 (Compra em 14/10/2024 Tx 6.3500)	89.270,71	83.419,00	152.349,18	143.354,61			468.393,50
NTN-B 15/08/2040 (Compra em 17/03/2025 Tx 7.4500)	96.623,52	89.514,43	158.596,20	149.180,39			493.914,54
NTN-B 15/08/2040 (Compra em 20/06/2025 Tx 7.1538)	27.360,93	25.402,85	45.355,17	42.665,84			140.784,79
FUNDOS DE RENDA FIXA	1.872.764,04	2.131.983,92	1.594.842,98	2.248.157,35			7.847.748,29
Banrisul Absoluto	33.039,58	34.702,83	60.900,21	64.261,06			192.903,68
Banrisul RPPS II 2027	70.700,00	85.350,00	117.950,00	84.350,00			358.350,00
Banrisul RPPS III 2030	66.254,31	73.826,22	34.117,67	74.882,78			249.080,98
BB CIC Perfil Previdenciário	384.044,52	326.941,81	389.580,05	359.766,75			1.460.333,13
BB CIC Previdenciário Fluxo	6,14	0,75	-	-			6,89
BB CIC Tesouro Selic	-	-	-	9.215,74			9.215,74
BB Previdenciário Títulos Públicos 2030	274.572,51	301.430,80	136.986,39	301.147,67			1.014.137,37
BB Previdenciário Títulos Públicos 2035	54.901,45	306.595,62	18.025,29	301.505,09			681.027,45
Bradesco Premium Referenciado	33.574,20	28.854,65	34.125,84	28.406,90			124.961,59
Caixa Brasil Referenciado	521.093,03	438.343,02	494.874,55	433.206,61			1.887.517,21
Caixa Brasil Títulos Públicos	11.500,02	33.977,25	72.155,94	92.949,02			210.582,23
Caixa Brasil Títulos Públicos 2030 II	224.140,92	246.018,93	111.483,29	245.744,12			827.387,26
Caixa Brasil Títulos Públicos 2033	104.775,79	171.848,24	10.719,52	158.809,52			446.153,07
Caixa CIC Brasil Disponibilidades	-	-	0,05	-			0,05
Itaú Institucional Referenciado	31.908,24	27.194,07	32.681,98	24.299,55			116.083,84
Sicredi Liquidez Empresarial Referenciado	62.253,33	56.899,73	81.242,20	69.612,54			270.007,80
TOTAL	2.842.222,81	3.042.510,10	3.256.001,02	3.811.027,03			12.951.760,96

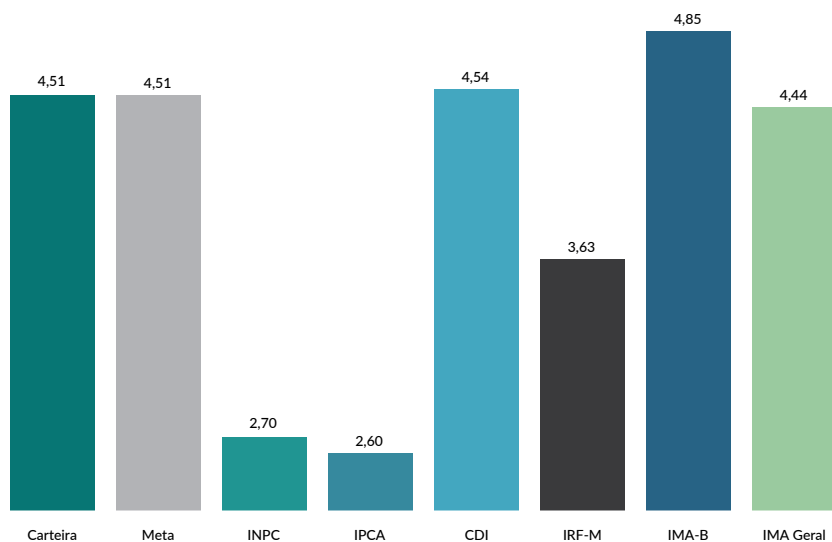
RENTABILIDADE DA CARTEIRA, INDICADORES E META DE RENTABILIDADE (IPCA + 5,67%)

MÊS	CARTEIRA	META	CDI	IMA-G	% META	% CDI	% IMA-G
Janeiro	0,99	0,79	1,16	1,31	125	85	76
Fevereiro	1,05	1,16	1,00	1,18	90	105	89
Março	1,11	1,34	1,21	0,55	83	92	200
Abril	1,28	1,13	1,09	1,34	113	118	96
Maio							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
TOTAL	4,51	4,51	4,54	4,44	100	99	102

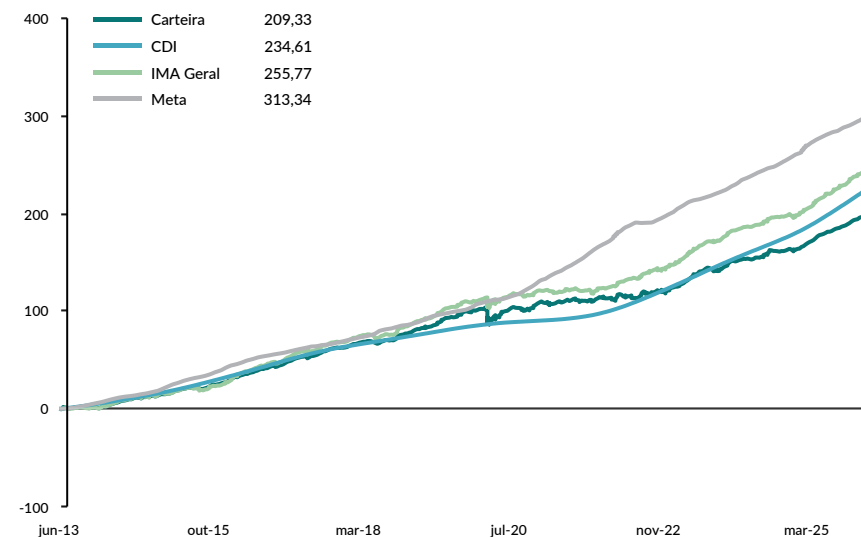
RENTABILIDADE ACUMULADA NO MÊS



CARTEIRA x INDICADORES EM 2026



RENTABILIDADE ACUMULADA DESDE JUNHO DE 2013



RENTABILIDADE POR INVESTIMENTO

NO MÊS

NO ANO

EM 12 MESES

TÍTULOS PÚBLICOS NA CURVA

BENCH

RENT. % % META

RENT. % % META

RENT. % % META

NTN-B 15/05/2035 (Compra em 01/08/2024 Tx 6.2030)	IPCA	1,33	117%	4,42	98%	10,75	107%
NTN-B 15/05/2035 (Compra em 14/01/2025 Tx 7.5550)	IPCA	1,43	126%	4,84	107%	12,16	121%
NTN-B 15/05/2035 (Compra em 14/10/2024 Tx 6.4500)	IPCA	1,34	119%	4,50	100%	11,01	110%
NTN-B 15/05/2045 (Compra em 01/08/2024 Tx 6.2620)	IPCA	1,33	117%	4,44	98%	10,81	108%
NTN-B 15/05/2045 (Compra em 14/01/2025 Tx 7.3450)	IPCA	1,41	125%	4,78	106%	11,94	119%
NTN-B 15/05/2045 (Compra em 14/10/2024 Tx 6.4100)	IPCA	1,34	118%	4,48	99%	10,97	109%
NTN-B 15/05/2045 (Compra em 17/03/2025 Tx 7.4100)	IPCA	1,42	125%	4,80	106%	12,01	120%
NTN-B 15/05/2045 (Compra em 20/06/2025 Tx 7.1390)	IPCA	1,40	123%	4,71	105%	-	-
NTN-B 15/08/2040 (Compra em 01/08/2024 Tx 6.1223)	IPCA	1,32	116%	4,39	97%	10,67	106%
NTN-B 15/08/2040 (Compra em 14/01/2025 Tx 7.2550)	IPCA	1,41	124%	4,75	105%	11,85	118%
NTN-B 15/08/2040 (Compra em 14/10/2024 Tx 6.3500)	IPCA	1,34	118%	4,46	99%	10,91	109%
NTN-B 15/08/2040 (Compra em 17/03/2025 Tx 7.4500)	IPCA	1,42	125%	4,81	107%	12,05	120%
NTN-B 15/08/2040 (Compra em 20/06/2025 Tx 7.1538)	IPCA	1,40	123%	4,72	105%	-	-

FUNDOS DE RENDA FIXA

BENCH

RENT. % % META

RENT. % % META

RENT. % % META

Banrisul Absoluto	CDI	1,08	95%	4,57	101%	14,86	148%
Banrisul RPPS II 2027	IPCA	1,21	107%	5,37	119%	12,27	123%
Banrisul RPPS III 2030	IPCA	1,29	113%	4,41	98%	10,35	103%
BB CIC Perfil Previdenciário	CDI	1,08	96%	4,55	101%	14,90	149%
BB CIC Tesouro Selic	CDI	1,07	94%	4,47	99%	14,56	145%
BB Previdenciário Títulos Públicos 2030	IPCA	1,28	113%	4,41	98%	10,33	103%
BB Previdenciário Títulos Públicos 2035	IPCA + 5%	1,69	149%	3,90	86%	11,48	115%
Bradesco Premium Referenciado	CDI	1,08	95%	4,50	100%	14,82	148%
Caixa Brasil Referenciado	CDI	1,10	97%	4,53	100%	14,84	148%
Caixa Brasil Títulos Públicos	CDI	1,09	96%	4,52	100%	14,69	147%
Caixa Brasil Títulos Públicos 2030 II	IMA-B	1,28	113%	4,40	98%	10,33	103%
Caixa Brasil Títulos Públicos 2033	IPCA+5%	1,62	143%	4,68	104%	10,63	106%
Itaú Institucional Referenciado	CDI	1,09	96%	4,49	100%	14,76	147%
Sicredi Liquidez Empresarial Referenciado	CDI	1,07	95%	4,59	102%	14,85	148%

INDICADORES

RENT. % % META

RENT. % % META

RENT. % % META

Carteira	1,28	113%	4,51	100%	12,25	122%
CDI	1,09	96%	4,54	101%	14,83	148%
Ibovespa	-0,08	-7%	16,26	361%	38,69	386%
IBrX-50	-0,06	-6%	17,61	391%	40,32	402%
IDkA IPCA 20A	3,56	314%	4,66	103%	17,74	177%
IDkA IPCA 2A	1,18	104%	5,09	113%	12,05	120%

VOL. ANUALIZADA

VAR (95%)

SHARPE

DRAW DOWN

MÊS %	12M %	MÊS %	12M %	MÊS %	12M %	MÊS %	12M %
0,51	0,35	0,84	0,57	5,71	-10,20	0,00	-2,87
0,51	0,35	0,84	0,57	8,18	-6,54	0,00	-3,14
0,51	0,35	0,84	0,57	6,16	-9,53	0,00	-2,92
0,51	0,35	0,84	0,57	5,82	-10,04	0,00	-2,91
0,51	0,35	0,84	0,57	7,81	-7,11	0,00	-3,26
0,51	0,35	0,84	0,57	6,09	-9,64	0,00	-2,96
0,51	0,35	0,84	0,57	7,92	-6,93	0,00	-3,28
0,51	-	0,84	-	7,43	-	0,00	-
0,51	0,35	0,84	0,57	5,57	-10,42	0,00	-2,86
0,51	0,35	0,84	0,57	7,64	-7,35	0,00	-3,17
0,51	0,35	0,84	0,57	5,98	-9,80	0,00	-2,92
0,51	0,35	0,84	0,57	7,99	-6,82	0,00	-3,22
0,51	-	0,84	-	7,45	-	0,00	-
MÊS %	12M %	MÊS %	12M %	MÊS %	12M %	MÊS %	12M %
0,01	0,05	0,02	0,08	-12,94	0,53	0,00	0,00
0,81	1,22	1,33	2,01	1,92	-1,84	-0,03	-0,55
3,68	3,56	6,05	5,86	0,68	-1,10	-0,69	-2,04
0,07	0,05	0,11	0,07	-1,16	1,34	0,00	0,00
0,01	0,02	0,01	0,03	-48,78	-13,96	0,00	0,00
3,68	3,57	6,05	5,87	0,67	-1,10	-0,69	-2,04
4,76	5,37	7,83	8,84	1,58	-0,52	-1,08	-2,89
0,07	0,03	0,12	0,05	-2,01	-0,24	0,00	0,00
0,09	0,04	0,14	0,07	0,75	0,20	0,00	0,00
0,13	0,12	0,21	0,19	-0,44	-1,00	0,00	0,00
3,68	3,56	6,06	5,86	0,67	-1,10	-0,69	-4,30
4,70	6,49	7,73	10,67	1,42	-0,55	-1,16	-3,45
0,05	0,04	0,09	0,07	-0,42	-1,31	0,00	0,00
0,03	0,03	0,05	0,05	-7,07	0,64	0,00	0,00
MÊS %	12M %	MÊS %	12M %	MÊS %	12M %	MÊS %	12M %
1,07	1,09	1,76	1,79	14,17	-13,12	-0,06	-0,28
0,00	0,01	-	-	-	-	-	-
15,99	16,20	26,30	26,65	-0,84	1,25	-7,00	-7,97
15,63	16,07	25,70	26,43	-0,85	1,33	-6,82	-7,55
10,26	12,45	16,88	20,48	3,02	0,26	-2,82	-6,88
1,69	1,78	2,78	2,92	0,64	-1,37	-0,20	-0,69

RENTABILIDADE POR INVESTIMENTO		NO MÊS		NO ANO		EM 12 MESES	
INDICADORES		RENT. %	% META	RENT. %	% META	RENT. %	% META
IGCT		0,04	4%	16,52	366%	39,56	395%
IMA-B		1,81	160%	4,85	108%	12,35	123%
IMA-B 5		1,32	116%	5,23	116%	11,98	120%
IMA-B 5+		2,20	194%	4,55	101%	12,51	125%
IMA Geral		1,34	118%	4,44	99%	13,97	139%
IPCA		0,67	59%	2,60	58%	4,39	44%
IRF-M		1,24	110%	3,63	81%	13,69	137%
IRF-M 1		0,99	88%	4,31	96%	14,44	144%
IRF-M 1+		1,34	118%	3,39	75%	13,34	133%
META DE RENTABILIDADE - IPCA + 5,67%		1,13		4,51		10,02	

São apresentadas apenas as informações dos fundos que possuem histórico completo no período.

VOL. ANUALIZADA		VAR (95%)		SHARPE		DRAW DOWN	
MÊS %	12M %	MÊS %	12M %	MÊS %	12M %	MÊS %	12M %
15,92	16,42	26,19	27,01	-0,75	1,27	-6,92	-7,90
3,77	4,28	6,21	7,04	2,40	-0,49	-0,90	-2,28
1,64	1,78	2,69	2,92	1,73	-1,40	-0,17	-0,61
5,56	6,43	9,14	10,58	2,51	-0,29	-1,48	-3,74
1,90	1,68	3,12	2,76	1,62	-0,44	-0,24	-0,65
-	-	-	-	-	-	-	-
4,67	3,24	7,68	5,34	0,43	-0,29	-0,92	-1,80
0,66	0,32	1,09	0,53	-1,81	-1,04	-0,01	-0,04
6,28	4,53	10,33	7,45	0,53	-0,27	-1,36	-2,62

NOTAS METODOLÓGICAS E EXPLICATIVAS

Introdução

O risco está associado ao grau de incerteza sobre um investimento no futuro, havendo diversas formas de mensurá-lo. A tabela "Medidas de Risco da Carteira" traz algumas das métricas mais tradicionais de análise de risco, que serão brevemente explicadas a seguir.

Volatilidade Anualizada

Volatilidade é o nome que se dá ao Desvio Padrão dos retornos de um ativo. Dessa forma, a Volatilidade mede o quanto os retornos diários se afastam do retorno médio do período analisado. Assim sendo, uma Volatilidade alta representa maior risco, visto que os preços do ativo tendem a se afastar mais de seu valor médio.

Estima-se que os retornos diários da Carteira, em média, se afastam em 1,0859% do retorno diário médio dos últimos 12 meses. Como base para comparação, o IRF-M, que tende a ser menos volátil, apresentou um coeficiente de 3,24% no mesmo período. Já o IMA-B, que habitualmente manifesta alta volatilidade, ficou com 4,28% em 12 meses.

Value at Risk - VaR (95%)

Sintetiza a maior perda esperada para a Carteira no intervalo de um dia. Seu cálculo baseia-se na média e no desvio padrão dos retornos diários da Carteira, e supõe que estes seguem uma distribuição normal.

Dado o desempenho da Carteira nos últimos 12 meses, estima-se com 95% de confiança que, se houver uma perda de um dia para o outro, o prejuízo máximo será de 1,7866%. No mesmo período, o IRF-M detém um VaR de 5,34%, e o IMA-B de 7,04%.

Draw-Down

Auxilia a determinar o risco de um investimento ao medir seu declínio desde o valor máximo alcançado pelo ativo, até o valor mínimo atingido em determinado período de tempo. Para determinar o percentual de queda, o Draw-Down é medido desde que a desvalorização começa até se atingir um novo ponto de máximo, garantindo, dessa forma, que a mínima da série representa a maior queda ocorrida no período.

Quanto mais negativo o número, maior a perda ocorrida e, consequentemente, maior o risco do ativo. Já um Draw-Down igual a zero, indica que não houve desvalorização do ativo ao longo do período avaliado.

Analisando os últimos 12 meses, percebe-se que a maior queda ocorrida na Carteira foi de 0,2795%. Já os índices IRF-M e IMA-B sofreram quedas de 1,80% e 2,28%, respectivamente.

Beta

Avalia a sensibilidade da Carteira em relação ao risco do mercado como um todo, representado pelo Índice Ibovespa. Dessa forma, assume-se que o Ibovespa possui um Beta igual a 100%. Calculando o Beta da Carteira, tem-se uma estimativa da sua exposição ao total desse risco.

Ou seja, nos últimos 12 meses, estima-se que a carteira está exposta a 3,5566% do risco experimentado pelo mercado.

Tracking Error

Mensura o quão aderente a Carteira é ao seu Benchmark, nesse caso, representado pela Meta do Instituto. Vistos os retornos dos últimos 12 meses, pode-se afirmar que há 66% de chance de que o retorno diário da Carteira fique entre 0,0686% e -0,0686% da Meta.

Sharpe

Quantifica a relação entre a Volatilidade da Carteira e seu retorno excedente a um ativo livre de risco, nesse caso, o CDI. Assim, esse indicador aponta o percentual de rentabilidade que a Carteira teve acima do CDI devido à sua maior exposição ao risco. Logo, quanto maior o Sharpe, melhor o desempenho da Carteira, enquanto valores negativos significam que o CDI superou a rentabilidade da Carteira no período.

Em 12 meses, o indicador apontou que para cada 100 pontos de risco a que a Carteira se expôs, houve uma rentabilidade 13,1217% menor que aquela realizada pelo CDI.

Treynor

Similar ao Sharpe, porém, utiliza o risco do mercado (Beta) no cálculo em vez da Volatilidade da Carteira. Valores negativos indicam que a Carteira teve rentabilidade menor do que a alcançada pelo mercado.

Em 12 meses, cada 100 pontos de risco a que a Carteira se expôs foram convertidos em uma rentabilidade 0,2524% menor que a do mercado.

Alfa de Jensen

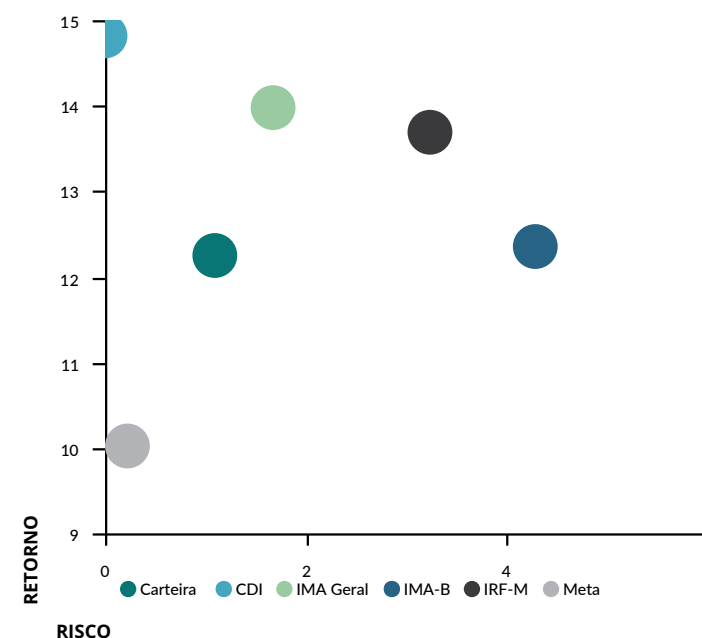
É uma medida do desempenho da Carteira, indicando uma boa performance caso o coeficiente seja significativamente positivo. Valores próximos de zero (tanto positivos quanto negativos) são neutros, devendo ser desconsiderados. Um coeficiente significativamente negativo aponta que o risco da Carteira não tem se convertido em maiores retornos.

MEDIDAS DE RISCO E DESEMPENHO DA CARTEIRA (%)

MEDIDA	NO MÊS	3 MESES	12 MESES
Volatilidade Anualizada	1,0713	1,4044	1,0859
VaR (95%)	1,7628	2,3108	1,7866
CVaR (95%)	3,2230	3,8043	2,9686
Draw-Down	-0,0607	-0,2529	-0,2795
Beta	5,2143	3,8813	3,5566
Tracking Error	0,0658	0,0879	0,0686
Sharpe	14,1706	2,7534	-13,1217
Treynor	0,1834	0,0628	-0,2524
Alfa de Jensen	0,0123	0,0021	-0,0118

RELAÇÃO RISCO X RETORNO EM 12 MESES (%)

Em geral, há uma forte relação entre o risco e o retorno de um ativo: quanto maior o risco, maior a probabilidade de um retorno (ou perda) mais elevado. O gráfico representa as métricas dessa correlação para a Carteira e para os principais índices. Pontos mais acima no gráfico representam um retorno mais elevado, enquanto pontos mais à direita indicam maior risco.



METODOLOGIA DO STRESS TEST

O Stress Test é comumente utilizado para mensurar como situações de estresse no mercado podem vir a impactar uma Carteira de Investimentos. Por se tratar de uma medida de risco não estatística, esse teste é indicado como um complemento às métricas de risco mais usuais, como Volatilidade e VaR, por exemplo.

Em geral, o teste é formulado em duas etapas. A primeira consiste na elaboração de um cenário de estresse em que são aplicados choques exógenos aos fatores de risco que influenciam a Carteira. Na segunda etapa, analisa-se o impacto do cenário de estresse sobre os investimentos, como é apresentado na tabela "Stress Test" ao lado.

Contabilizamos os retornos mensais, dos últimos 24 meses, de todos os ativos presentes na Carteira. Dadas essas estatísticas, selecionamos a pior rentabilidade de cada ativo e, então, construímos um cenário hipotético no qual todos os ativos entregariam, juntos, as suas respectivas piores rentabilidades experimentadas ao longo do período.

Visando uma apresentação mais concisa, agrupamos os resultados por fatores de risco, que são os índices aos quais os ativos estão vinculados. A coluna Exposição denota o percentual do Patrimônio da Carteira que está atrelado a cada um desses fatores.

As duas colunas mais à direita mostram o impacto do cenário de estresse, em reais e em percentual do patrimônio, estimados para um intervalo de um mês a partir do período atual. Valores positivos indicam que, mesmo frente ao cenário projetado, os ativos atrelados ao respectivo fator de risco incorreriam em ganhos ao Instituto.

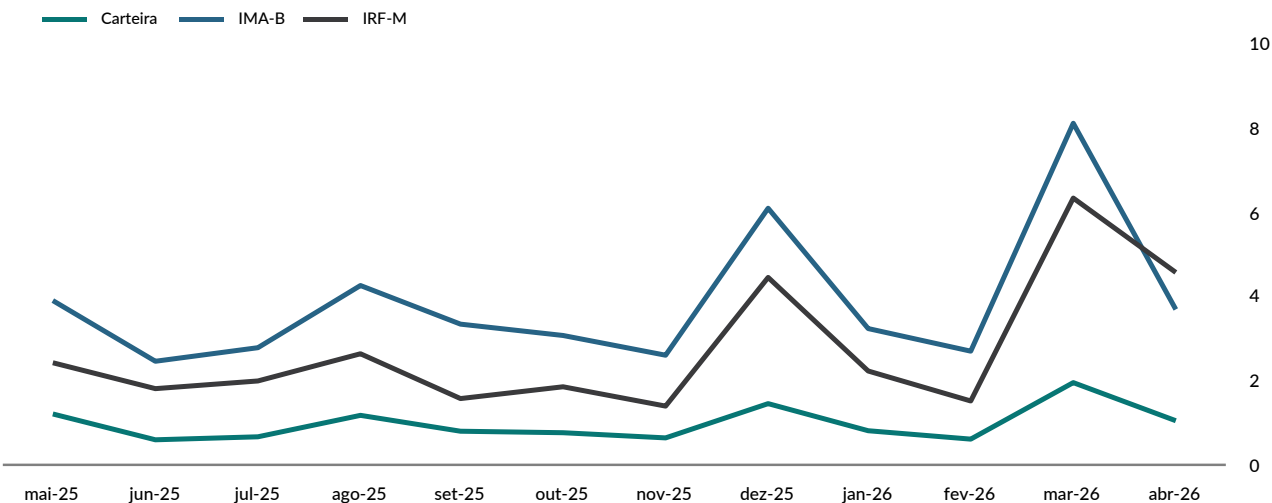
No mês atual, a maior exposição da Carteira é em IMA-B, com 66,27% de participação. Dado o cenário de estresse, haveria uma perda de R\$1.229.186,60 nos ativos atrelados a este índice.

No cenário como um todo, o Instituto perderia R\$420.946,15, equivalente a uma queda de 0,14% no patrimônio investido.

Já o gráfico abaixo ilustra a trajetória da Volatilidade Mensal Anualizada da Carteira, em comparação com dois índices do mercado: o IRF-M, mais conservador, e o IMA-B, que apresenta volatilidade mais elevada.

Devido à relação intrínseca entre o risco e o retorno dos ativos, ao mesmo tempo que estar exposto a uma maior volatilidade traz a possibilidade de retornos mais elevados, aumenta-se também a exposição ao risco. Daí a importância de se manter uma Carteira diversificada, conforme a conjuntura do mercado.

VOLATILIDADE MENSAL ANUALIZADA (%)



STRESS TEST (24 MESES)

FATORES DE RISCO	EXPOSIÇÃO	RESULTADOS DO CENÁRIO	
IRF-M	0,00%	0,00	0,00%
IRF-M	0,00%	0,00	0,00%
IRF-M 1	0,00%	0,00	0,00%
IRF-M 1+	0,00%	0,00	0,00%
Carência Pré	0,00%	0,00	0,00%
IMA-B	66,27%	-1.229.186,60	-0,41%
IMA-B	0,00%	0,00	0,00%
IMA-B 5	0,00%	0,00	0,00%
IMA-B 5+	0,00%	0,00	0,00%
Carência Pós	66,27%	-1.229.186,60	-0,41%
IMA GERAL	0,00%	0,00	0,00%
IDKA	0,00%	0,00	0,00%
IDKa 2 IPCA	0,00%	0,00	0,00%
IDKa 20 IPCA	0,00%	0,00	0,00%
Outros IDKa	0,00%	0,00	0,00%
FIDC	0,00%	0,00	0,00%
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	0,00%	0,00	0,00%
FUNDOS PARTICIPAÇÕES	0,00%	0,00	0,00%
FUNDOS DI	33,73%	808.240,46	0,27%
F. Crédito Privado	0,00%	0,00	0,00%
Fundos RF e Ref. DI	33,73%	808.240,46	0,27%
Multimercado	0,00%	0,00	0,00%
OUTROS RF	0,00%	0,00	0,00%
RENDA VARIÁVEL	0,00%	0,00	0,00%
Ibov., IBrX e IBrX-50	0,00%	0,00	0,00%
Governança Corp. (IGC)	0,00%	0,00	0,00%
Dividendos	0,00%	0,00	0,00%
Small Caps	0,00%	0,00	0,00%
Setorial	0,00%	0,00	0,00%
Outros RV	0,00%	0,00	0,00%
Valor	0,00%	0,00	0,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL	100,00%	-420.946,15	-0,14%

ENTRADAS

DATA	VALOR	MOVIMENTO	ATIVO
02/04/2026	1.187.221,76	Aplicação	Banrisul Absoluto
09/04/2026	310.037,62	Aplicação	Caixa Brasil Títulos Públicos
16/04/2026	1.508.455,81	Aplicação	Caixa Brasil Títulos Públicos
22/04/2026	176.327,48	Aplicação	Caixa Brasil Títulos Públicos
24/04/2026	2.846.521,65	Aplicação	BB CIC Tesouro Selic
28/04/2026	2.977.248,27	Aplicação	BB CIC Tesouro Selic
30/04/2026	2.049.699,62	Aplicação	Caixa Brasil Títulos Públicos

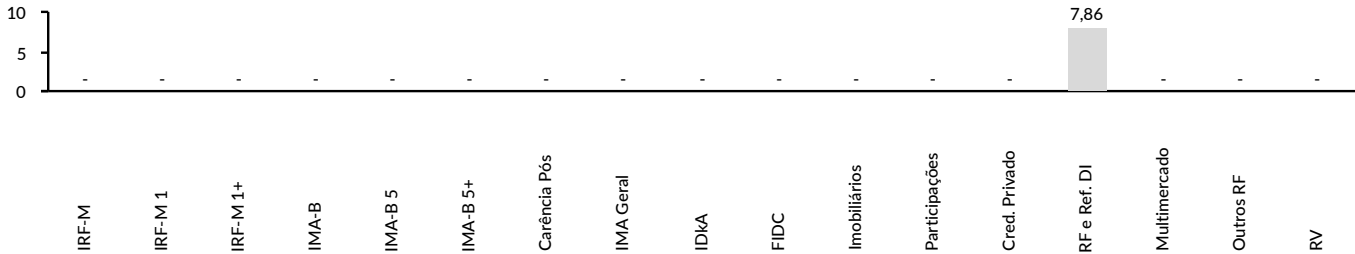
SAÍDAS

DATA	VALOR	MOVIMENTO	ATIVO
02/04/2026	11.024,12	Resgate	Caixa Brasil Referenciado
02/04/2026	3.169,77	Resgate	BB CIC Perfil Previdenciário
02/04/2026	19.271,08	Resgate	Banrisul Absoluto
09/04/2026	148.730,27	Resgate	Caixa Brasil Referenciado
09/04/2026	7.142,96	Resgate	Caixa Brasil Referenciado
13/04/2026	1.139.288,77	Resgate	Caixa Brasil Referenciado
13/04/2026	4.980,67	Resgate	Caixa Brasil Referenciado
17/04/2026	26.666,99	Resgate	Caixa Brasil Referenciado
22/04/2026	40.641,05	Resgate	Caixa Brasil Referenciado
23/04/2026	4.066,17	Resgate	Caixa Brasil Referenciado
24/04/2026	2.846.521,65	Resgate Total	Itaú Institucional Referenciado
27/04/2026	1.764.183,56	Resgate	Caixa Brasil Referenciado
27/04/2026	21.625,97	Resgate	Caixa Brasil Referenciado
28/04/2026	2.977.248,27	Resgate Total	Bradesco Premium Referenciado

TOTALIZAÇÃO DAS MOVIMENTAÇÕES

Aplicações	11.055.512,21
Resgates	9.014.561,30
Saldo	2.040.950,91

MOVIMENTAÇÕES DE RECURSOS POR ÍNDICES (DURANTE O MÊS, EM R\$ MILHÕES)



PATRIMÔNIO DOS GESTORES DE RECURSOS

GESTOR	SALDO EM R\$	% CARTEIRA	PL SOB GESTÃO	% PL GESTOR	
BB DTVM	81.268.770,12	26,93	1.880.082.297.809,05	0,00	✓
Caixa Econômica Federal	79.072.835,81	26,20	600.122.003.721,69	0,01	✓
Banrisul	19.078.252,43	6,32	21.637.123.213,95	0,09	✓
Sicredi	6.547.188,59	2,17	182.283.666.288,73	0,00	✓
Bradesco	0,00	0,00	981.631.280.068,47	0,00	✓
Itaú Unibanco	0,00	0,00	1.290.686.377.713,89	0,00	✓

PATRIMÔNIO DOS ADMINISTRADORES DE RECURSOS

ADMINISTRADOR	SALDO EM R\$	% CARTEIRA	PL SOB ADMINISTRAÇÃO
BB DTVM	81.268.770,12	26,93	1.874.895.064.603,04
Caixa Econômica Federal	79.072.835,81	26,20	737.520.641.401,77
Banrisul	19.078.252,43	6,32	21.637.123.213,95
Sicredi	6.547.188,59	2,17	189.791.862.243,17
Itaú Unibanco	0,00	0,00	1.164.199.303.900,57
Bradesco	0,00	0,00	840.800.273.642,34

Patrimônios sob gestão e administração referentes ao período 03/2026, o mais recente divulgado pela Anbima na data de geração deste relatório. Na tabela dos gestores, a coluna % PL Gestor denota o quanto o RPPS detém do PL sob gestão, sendo limitado a 5% pelo Art. 20.

FUNDOS	CNPJ	ENQ.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	ART. 18	ART. 19	ART. 21	GESTOR	ADMINISTRADOR	STATUS
FUNDOS DE RENDA FIXA									
Banrisul Absoluto	21.743.480/0001-50	7, I	8.093.571.862,99	2,04	0,08	Sim	93.026.847/0001-26	93.026.847/0001-26	✓
Banrisul RPPS II 2027	46.655.127/0001-40	7, I	379.461.788,51	2,33	1,85	Sim	93.026.847/0001-26	93.026.847/0001-26	✓
Banrisul RPPS III 2030	49.034.567/0001-78	7, I	91.850.945,85	1,96	6,42	Sim	93.026.847/0001-26	93.026.847/0001-26	✓
BB CIC Perfil Previdenciário*	13.077.418/0001-49	7, V	33.084.079.596,03	11,11	0,10	Sim	30.822.936/0001-69	30.822.936/0001-69	✓
BB CIC Tesouro Selic	04.857.834/0001-79	7, I	20.646.721.166,01	1,93	0,03	Sim	30.822.936/0001-69	30.822.936/0001-69	✓
BB Previdenciário Títulos Públicos 2030	46.134.117/0001-69	7, I	973.979.382,11	7,87	2,44	Sim	30.822.936/0001-69	30.822.936/0001-69	✓
BB Previdenciário Títulos Públicos 2035	49.963.829/0001-89	7, I	796.452.292,23	6,02	2,28	Sim	30.822.936/0001-69	30.822.936/0001-69	✓
Bradesco Premium Referenciado	03.399.411/0001-90	7, V	29.561.157.731,24	0,00	0,00	Sim	60.746.948/0001-12	60.746.948/0001-12	✓
Caixa Brasil Referenciado	03.737.206/0001-97	7, V	24.527.263.909,42	12,58	0,15	Sim	42.040.639/0001-40	00.360.305/0001-04	✓
Caixa Brasil Títulos Públicos	05.164.356/0001-84	7, I	12.600.263.003,62	3,90	0,09	Sim	42.040.639/0001-40	00.360.305/0001-04	✓
Caixa Brasil Títulos Públicos 2030 II	19.769.046/0001-06	7, I	1.068.951.345,92	6,42	1,81	Sim	42.040.639/0001-40	00.360.305/0001-04	✓
Caixa Brasil Títulos Públicos 2033	50.569.054/0001-40	7, I	697.814.497,71	3,30	1,43	Sim	42.040.639/0001-40	00.360.305/0001-04	✓
Itaú Institucional Referenciado	00.832.435/0001-00	7, V	8.583.882.174,87	0,00	0,00	Sim	40.430.971/0001-96	60.701.190/0001-04	✓
Sicredi Liquidez Empresarial Referenciado	24.634.187/0001-43	7, I	7.120.522.426,56	2,17	0,09	Sim	03.795.072/0001-60	01.181.521/0001-55	✓

Art. 18 se refere ao inciso IV, e retrata o percentual do PL do RPPS que está aplicado no fundo, cujo limite é de 20%. Art. 19 se refere aos incisos I e II, e denota o percentual do PL do fundo que o RPPS detém, sendo limitado a 15% para os fundos em geral, 5% nos fundos dos incisos VII, VIII e IX do art. 7, e ilimitado para fundos do inciso I do art. 7. Art. 21 aponta se ou o administrador ou o gestor atende ao inc. I do parágrafo 2, estando destacado o CNPJ da instituição caso ela não atenda.

*O patrimônio líquido indicado é pertencente ao fundo master, seguindo as diretrizes dos incisos I e II do art. 118 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

ENQUADRAMENTO	SALDO EM R\$	% CARTEIRA	% LIM RESOLUÇÃO	% LIM PI
ART. 7 - RENDA FIXA	301.752.424,27	100,00	100,00	✓
7, I	114.494.113,38	37,94	100,00	✓
7, II	0,00	0,00	100,00	✓
7, III	115.785.377,32	38,37	100,00	✓
7, IV	0,00	0,00	5,00	✓
7, V	71.472.933,57	23,69	0,00	⚠
7, VI	0,00	0,00	0,00	✓
7, VII	0,00	0,00	0,00	✓
7, VIII	0,00	0,00	0,00	✓
7, IX	0,00	0,00	0,00	✓
Somatório inc. VII, VIII e IX	0,00	0,00	0,00	✓
ART. 8 - RENDA VARIÁVEL	0,00	0,00	0,00	✓
8, I	0,00	0,00	0,00	✓
8, II	0,00	0,00	0,00	✓
8, III	0,00	0,00	0,00	✓
8, IV	0,00	0,00	0,00	✓
ART. 9 - INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	✓
9, I	0,00	0,00	0,00	✓
9, II	0,00	0,00	0,00	✓
9, III	0,00	0,00	0,00	✓
ART. 10 - FUNDOS ESTRUTURADOS	0,00	0,00	0,00	✓
10, I	0,00	0,00	0,00	✓
10, II	0,00	0,00	0,00	✓
10, III	0,00	0,00	0,00	✓
10, IV	0,00	0,00	0,00	✓
ART. 11 - FUNDOS IMOBILIÁRIOS	0,00	0,00	0,00	✓
ART. 12 - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO	0,00	0,00	10,00	✓
SOMATÓRIO ARTS. 8, 10 E 11	0,00	0,00	0,00	✓
PATRIMÔNIO INVESTIDO	301.752.424,27			

Para fins de enquadramento, são desconsideradas as disponibilidades financeiras em conta corrente e poupança.

PRÓ-GESTÃO

O PREV-ESTEIO possui certificação do Pró-Gestão RPPS de Nível 1.

PARECER SOBRE ENQUADRAMENTO DA CARTEIRA

- ⚠ Na Política de Investimentos, constata-se desenquadramento passivo por excesso ao limite estabelecido para o art. 7º inc. V.
- ⚠ Ocorreu um desenquadramento passivo frente à Resolução, devido ao volume de recursos investidos no art. 7º inc. V.
- ✓ O limite de concentração por fundo de investimento, estabelecido no inciso IV do art. 18 da Resolução, encontra-se devidamente atendido.
- ✓ Estão sendo respeitados os limites impostos pelos incisos I e II do art. 19, que limitam a participação do RPPS no patrimônio líquido dos fundos.
- ✓ Está sendo respeitado o limite de 5% de participação no patrimônio das gestoras, imposto pelo art. 20.
- ✓ Os investimentos em fundos estão em conformidade com o inciso I do parágrafo 2º do art. 21 da Resolução, que determina que o administrador ou o gestor deve ser classificado como S1 ou S2 pelo Banco Central do Brasil.

Uma das táticas de negociação de Donald Trump, descrita em seu livro *The Art of the Deal*, envolve partir de demandas altamente maximalistas para, posteriormente, recuar parcialmente e buscar atingir seu objetivo inicial por meio da negociação. Em certa medida, essa estratégia funcionou em episódios geopolíticos recentes.

No entanto, o presidente dos Estados Unidos agora se vê diante de um adversário mais rígido, que possui uma ferramenta de pressão extremamente relevante: a influência sobre o Estreito de Ormuz, por onde passa cerca de um quinto do fluxo global de petróleo, pressionando a inflação em grande parte do mundo e tornando o fator tempo primordial dentro dessa dinâmica.

Nesse contexto, o mês de abril foi marcado por uma redução dos confrontos mais violentos na região, dando lugar a uma escalada diplomática em meio ao avanço das negociações relacionadas ao acordo de cessar-fogo. Ambas as partes passaram a buscar uma solução que permita o encerramento definitivo do atual conflito, embora não tenham chegado a uma conclusão definitiva.

O principal impasse continua sendo a questão nuclear iraniana. Os Estados Unidos iniciaram as negociações mantendo uma linha mais dura, exigindo enriquecimento zero de urânio de forma permanente pelo Irã, além da transferência imediata dos quase 450 kg de urânio já enriquecido para a Agência Internacional de Energia Atômica ou para um país neutro. Esses dois pontos seguem no centro das negociações entre as partes.

Em contrapartida, o governo iraniano sustenta que o direito ao enriquecimento é inegociável e garantido pelo Tratado de Não-Proliferação Nuclear. Diante da resistência iraniana, os EUA passaram a flexibilizar parcialmente sua posição inicial, migrando para uma proposta de congelamento do enriquecimento de urânio por um prazo determinado, tema que continua sendo alvo de contrapropostas iranianas.

É justamente nesse ponto que o Irã tem concentrado sua estratégia: utilizar a questão do Estreito de Ormuz como instrumento de pressão para buscar uma abertura imediata da rota marítima em troca de postergar as discussões nucleares. Até aqui, os EUA estão rejeitando esse tipo de proposta.

A continuidade do conflito impõe custos econômicos relevantes para ambos os lados. Para Donald Trump, o impacto aparece no aumento dos preços da gasolina e do combustível de aviação, fatores particularmente sensíveis para o consumidor americano. Para o Irã, o prolongamento da disputa acelera a deterioração econômica do país, sobretudo pelas dificuldades em manter as receitas ligadas ao petróleo. Enquanto as negociações permanecerem em andamento, a tendência é de continuidade da volatilidade: notícias favoráveis a uma resolução mais rápida aliviam os preços do petróleo e impulsionam as bolsas globais, enquanto sinais de deterioração reverterem esse movimento em um curto espaço de tempo.

Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA), o mundo enfrenta atualmente um dos maiores choques de oferta de petróleo da história recente. O Estreito de Ormuz é responsável pelo fluxo de cerca de 20 milhões de barris por dia de petróleo, tornando-se um ponto crítico para o equilíbrio do mercado global de energia.

Em março, por exemplo, a oferta global de petróleo despencou 10,1 milhões de barris por dia na comparação mensal. Países do Golfo Pérsico, como Iraque, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Kuwait, registraram perdas relevantes em suas exportações devido ao fechamento da rota.

O episódio exigiu uma liberação coordenada de reservas estratégicas de petróleo pelos Estados Unidos e por países da Agência Internacional de Energia, medida que oferece apenas um alívio temporário ao mercado. Uma preocupação adicional está na forte redução da capacidade ociosa dos membros da OPEP+, que atingiu o menor nível já registrado.

Essa capacidade funciona como um importante mecanismo de amortecimento para choques de oferta, permitindo compensar perdas temporárias de produção. No entanto, como parte relevante dos países afetados está justamente no centro da disrupção atual, essa capacidade acaba ficando limitada e dependente de uma normalização do fluxo pelo Estreito de Ormuz.

Além disso, a recomposição de parte dessa capacidade aos níveis pré-conflito tende a levar mais tempo, especialmente devido às características operacionais de alguns campos petrolíferos da região, que dificultam uma retomada rápida da produção.

As consequências desse choque também se estendem à demanda global. As projeções da Agência Internacional de Energia apontam para uma contração da demanda na ordem de 80 mil barris por dia ao longo do ano, dentro de um cenário base que considera recuperação gradual a partir do terceiro trimestre de 2026.

Para além dos efeitos diretos sobre preços, os impactos se espalham pelas cadeias globais de suprimentos, principalmente sobre produtos como nafta e GLP destinados à Ásia, insumos fundamentais para a indústria petroquímica. Com o fluxo comprometido, diversas fábricas reduziram a capacidade, gerando escassez de embalagens plásticas, fios elétricos e fibras têxteis.

Esses insumos também desempenham papel relevante na produção de fertilizantes nitrogenados. Caso o conflito persista, aumentam os riscos de pressões adicionais sobre os custos de insumos agrícolas nas próximas safras, especialmente em um contexto no qual China e Rússia restringem parte de suas exportações de fertilizantes para sustentar o abastecimento de seus mercados internos.

Apesar dos impactos desse choque, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos apresentou recuperação em relação ao trimestre anterior, que havia sido fortemente afetado pela paralisação mais longa da história do governo americano.

Os investimentos empresariais foram o destaque do trimestre. As grandes empresas de tecnologia dos EUA vêm realizando investimentos robustos ligados ao tema de inteligência artificial, principalmente em infraestrutura necessária para treinar e implementar modelos de IA, como os data centers, instalações físicas com elevado poder computacional utilizadas para treinamento em larga escala. Apesar da forte contribuição desse segmento, os setores não residenciais seguem mais contidos, evidenciando que os setores ligados à IA continuam sendo o principal motor de crescimento desse componente.

Por outro lado, o consumo das famílias foi sustentado principalmente por gastos com serviços essenciais, especialmente saúde. Os consumidores americanos seguem mais pressionados financeiramente diante do aumento dos custos com planos de saúde, energia e combustíveis, agravados pelo choque do petróleo decorrente do conflito no Oriente Médio. Nesse contexto, o consumidor tende a reduzir gastos discricionários, movimento que já pôde ser observado nos dados do PIB do primeiro trimestre de 2026, com crescimento praticamente estável nesses segmentos e agravado pelos efeitos das tarifas sobre os preços.

Esse cenário deve ganhar relevância no debate político após as eleições de meio de mandato deste ano, diante do fardo político associado ao aumento do custo de vida da população. Assim, o crescimento dos EUA neste primeiro trimestre pode ser resumido em três pilares principais: forte expansão dos investimentos em infraestrutura de IA, consumo concentrado em serviços essenciais e recuperação dos gastos governamentais.

Assim como na reunião de março, o Federal Reserve manteve inalterado seu intervalo de taxas de juros na reunião de abril, conforme as expectativas. A reunião foi a última com Jerome Powell na presidência do Fed, que deverá ser sucedido por Kevin Warsh como novo chairman do Banco Central dos Estados Unidos. Nessa reunião, de forma pouco usual, os membros do FOMC tiveram um dissenso relevante, com quatro membros se mostrando contrários a uma comunicação mais branda em relação aos próximos movimentos das taxas de juros, apesar de concordarem com a atual decisão de manutenção. Isso mostra que o ambiente é de elevada incerteza.

Antes da intensificação do conflito no Oriente Médio, as expectativas do mercado apontavam para algo em torno de dois cortes de juros pelo Federal Reserve ao longo do ano. No entanto, as condicionantes para novos cortes mudaram significativamente dentro do cenário atual.

Isso ocorreu principalmente devido à estabilização do mercado de trabalho, que anteriormente era uma das principais preocupações do comitê, diante do enfraquecimento na criação de vagas observado nos últimos meses. Soma-se a isso a disparada dos preços de energia provocada pelo conflito no Oriente Médio, que restringiu parte relevante da oferta global de petróleo.

A incerteza em relação à duração do conflito dificulta uma avaliação mais clara sobre a natureza do choque, especialmente se será algo transitório e de rápida resolução, contexto em que a política monetária tende a ter eficácia mais limitada. Além disso, o dinamismo recente da atividade econômica, combinado com a menor dependência energética dos EUA em relação ao petróleo e um mercado de trabalho mais estabilizado, permite que o Fed adote uma postura mais paciente na condução de suas próximas decisões de política monetária. Por essa razão, devemos ver um Fed estável durante esse ano, diante de um menor espaço tanto para novos cortes quanto para uma eventual alta nos juros.

Em termos relativos, frente a países que dependem de forma significativa de importações de commodities energéticas, a posição do Brasil como exportador líquido de petróleo bruto configura uma vantagem comparativa relevante. A elevação dos preços do petróleo no mercado internacional dá suporte à balança comercial brasileira e melhora os termos de troca, abrindo espaço para a apreciação do real frente ao dólar. Um câmbio menos pressionado contribui para mitigar pressões inflacionárias adicionais, em um contexto no qual as expectativas estão sendo revisadas para cima.

Apesar dessa posição relativamente mais favorável, o Brasil não está imune aos efeitos do conflito sobre os preços dos combustíveis. Diante disso, o governo federal adotou medidas para mitigar a alta dos preços ao consumidor observada nas últimas divulgações da inflação brasileira.

Entre as iniciativas, destacam-se a redução completa das alíquotas de PIS/Cofins sobre o diesel, o biodiesel e o querosene de aviação (QAV), a subvenção direta a produtores e importadores de diesel e, mais recentemente, a criação de um mecanismo de desoneração financiado por receitas extraordinárias do petróleo. Esta última ainda depende de aprovação do Congresso Nacional. As estimativas do governo federal para o pacote giram em torno de R\$30 bilhões, e a medida tem sido tratada como fiscalmente neutra, diante do aumento da arrecadação com as exportações de petróleo. Considerando um preço do petróleo em torno de US\$ 100, a arrecadação extra pode chegar a aproximadamente R\$ 95 bilhões, o que seria suficiente para compensar o custo da medida. Há, contudo, o risco de que a aderência da medida seja prejudicada por um recuo acentuado dos preços do petróleo.

Mesmo com essas medidas, as ações do governo não compensam integralmente a alta dos combustíveis ao consumidor final, especialmente em um contexto de condições fiscais mais apertadas, que limitam a adoção de iniciativas expansionistas, ainda que existam expectativas mais elevadas de arrecadação via exportações de petróleo.

Novamente, o Comitê de Política Monetária optou por dar continuidade ao ciclo de cortes de juros, promovendo uma nova redução de 25 pontos-base na reunião

de abril. As incertezas e a falta de clareza quanto à duração do conflito no Oriente Médio representam um desafio para os bancos centrais ao redor do mundo, inclusive para o Brasil. A palavra “incerteza” esteve bastante presente na comunicação da última ata do Copom, refletindo um cenário que dificulta a visualização de sinais mais claros para as projeções econômicas.

O comitê também reforçou preocupações com uma desancoragem adicional das expectativas de inflação em horizontes mais longos, diante dos potenciais efeitos de segunda ordem provocados pela guerra no Golfo sobre os preços de energia e cadeias de suprimentos. Esse ponto ganhou destaque dentro da avaliação do balanço de riscos do BCB.

A divulgação dos PMIs de abril reforçou que houve uma transferência de custos aos consumidores em decorrência do conflito no Oriente Médio, corroborando a avaliação do Banco Central do Brasil de uma pressão inflacionária no curto prazo. Tanto o PMI industrial quanto o de serviços registraram aumento das pressões sobre os custos, evidenciando que as empresas já sentem os impactos do conflito em suas atividades. Segundo a pesquisa, a guerra elevou os preços de fretes, combustíveis e diversos outros insumos, levando as empresas a repassarem parte desses aumentos aos consumidores.

A expansão mensal do setor de serviços também representa um ponto de atenção para o Banco Central do Brasil, uma vez que a retomada dos novos negócios sugere uma inflação de demanda ainda pressionada, fator que adiciona cautela à condução da política monetária em meio à continuidade de um mercado de trabalho aquecido e políticas fiscais expansionistas que têm potencial de impactar o consumo. Por outro lado, o setor industrial segue apresentando uma demanda interna mais fraca.

A manutenção de uma política monetária contracionista por um período prolongado nos últimos anos tem produzido efeitos mais visíveis sobre a atividade, especialmente nos setores mais cíclicos da economia. Esse ambiente ajuda a criar condições para que o BCB continue o processo de calibração da taxa de juros, embora mantenha cautela quanto à magnitude total do ciclo, uma vez que os dois cortes já realizados ocorreram em meio à piora das expectativas.

Observa-se, portanto, uma dicotomia relevante: enquanto alguns setores da economia já demonstram sinais mais claros de desaceleração, as pressões inflacionárias seguem elevadas em meio às incertezas geradas pela guerra no Oriente Médio. Esse ambiente reforça a dependência do Banco Central do Brasil em relação aos próximos dados para conduzir suas decisões, diante da dificuldade de avaliar com maior clareza as consequências do conflito sobre a inflação e a atividade econômica.

Diante desse cenário, seguimos com a avaliação de um ciclo de cortes menor do que o esperado antes do conflito no Oriente Médio. Além disso, uma deteriora-

ção adicional das expectativas de inflação e uma piora do câmbio podem reduzir ainda mais o espaço para flexibilização monetária.

Assim, o mês foi marcado pela continuidade das incertezas geradas pelo conflito entre os Estados Unidos e o Irã sobre a economia global. Embora o cenário externo imponha desafios adicionais, a condição do Brasil como exportador líquido de petróleo segue sendo um importante ponto de apoio para o câmbio, ainda mais com o Brasil tendo destaques positivos na produção de petróleo. Somado ao elevado diferencial de juros, esse fator ajuda a criar um colchão de proteção para o mercado doméstico e a manter a atratividade brasileira para o capital estrangeiro.

Os juros de curto prazo subiram globalmente, e o Brasil não ficou de fora desse movimento. As pressões inflacionárias no curto prazo levaram o mercado a reprecificar os vértices mais curtos da curva de juros, embutindo prêmios de risco mais elevados. Um eventual alívio nesse trecho deve depender de uma desescalada do conflito que reduza as perspectivas de persistência dos efeitos de um petróleo elevado sobre a inflação corrente e que permita que o Banco Central dê continuidade ao ciclo de cortes.